

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

Assinale a opção que apresenta o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

- A** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- B** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- C** Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
- D** Conselho de Governo
- E** Conselho Nacional do Meio Ambiente

Questão 32

O servidor público que omitir a verdade em procedimento de licenciamento ambiental estará sujeito

- A** apenas a reclusão.
- B** apenas a multa.
- C** apenas detenção.
- D** a detenção e multa.
- E** a reclusão e multa.

Questão 33

Os princípios explícitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos incluem

- I a razoabilidade e a proporcionalidade.
- II o direito da sociedade ao controle social.
- III a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- IV a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.
- V proteção da saúde pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e V estão certos.
- B** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e V estão certos.
- D** Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 34

Promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários compete

- A** ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- B** conjuntamente aos conselhos nacional e estaduais de recursos hídricos.
- C** à Agência Nacional de Águas.
- D** aos comitês de bacia hidrográfica.
- E** a quaisquer órgãos do poder público federal relacionados com a gestão de recursos hídricos.

Questão 35

Na hipótese de prescrição de receita comprovadamente errada, a responsabilidade pelos danos causados à saúde de pessoas e ao meio ambiente por ocasião da comercialização e da utilização de agrotóxicos cabe ao

- A** empregador.
- B** prestador de serviços.
- C** registrante.
- D** profissional prescritor.
- E** comerciante.

Questão 36

O Código Florestal considera como de utilidade pública

- A** as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa.
- B** a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade.
- C** as atividades de segurança nacional e proteção sanitária.
- D** as atividades de pesquisa e extração de areia.
- E** a regularização fundiária de assentamentos humanos em áreas urbanas consolidadas.

Questão 37

Conforme a Lei da Política Nacional de Saneamento Básico, o aglomerado rural assim definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constitui

- A** um bloco de referência.
- B** um núcleo urbano.
- C** uma unidade regional.
- D** uma localidade de pequeno porte.
- E** uma microrregião.

Questão 38

De acordo com a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, verificado que o loteamento não se encontra regularmente executado ou notificado pela prefeitura municipal, deverá o adquirente do lote

- A** comunicar o Ministério Público.
- B** suspender o pagamento das prestações restantes.
- C** depositar o valor das prestações em juízo.
- D** denunciar o loteador.
- E** pedir anulação do registro.

Questão 39

Segundo as disposições do Código Civil, é anulável o negócio jurídico

- A** quando for indeterminável o seu objeto.
- B** se o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- C** por incapacidade relativa do agente.
- D** não revestido da forma prescrita em lei.
- E** quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Questão 40

A respeito da prescrição, assinale a opção correta.

- A** Desde que expressa, a renúncia à prescrição poderá se dar antes de consumada.
- B** A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, desde que o alegante seja o réu.
- C** As pessoas jurídicas têm direito de ação contra os representantes legais que não alegarem oportunamente a prescrição.
- D** A morte é causa de suspensão da prescrição contra os sucessores do falecido.
- E** Desde que não haja prejuízo a terceiros, os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

Questão 41

Se um terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele era insolvente e o credor o ignorava, ocorrerá

- A** a assunção de dívida.
- B** a cessão de crédito.
- C** a compensação.
- D** o pagamento com sub-rogação.
- E** a novação.

Questão 42

A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre

- I o fim da personalidade.
- II o nome.
- III a capacidade.
- IV a propriedade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e IV estão certos.
- B** Apenas os itens II e III estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 43

Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo

- A** da data da primeira assembleia geral.
- B** da data do registro.
- C** da publicação de sua inscrição no registro.
- D** da data do conhecimento pelo interessado.
- E** do início do funcionamento.

Questão 44

No tocante a propriedade industrial, direitos autorais, patentes e marcas, assinale a opção correta.

- A** As marcas notoriamente conhecidas são protegidas em todos os ramos de atuação, enquanto as marcas de alto renome registradas no Brasil são protegidas apenas em seu ramo de atuação.
- B** O registro do objeto do direito industrial se destina à prova de anterioridade, enquanto o registro autoral da obra tem natureza constitutiva.
- C** A vigência da patente de invenção possui prazo de vinte anos, prorrogável por igual período, contado a partir da data do depósito do pedido de patente.
- D** São requisitos para a obtenção da concessão do direito industrial de patente: novidade, atividade inventiva, industriabilidade e desimpedimento.
- E** O chamado “período de graça” é o prazo concedido ao inventor para divulgação de sua invenção, contado a partir do depósito do pedido de patente.

Questão 45

Acerca das operações de transformação e encerramento das sociedades, assinale a opção correta.

- A** Em caso de cisão, seja ela parcial ou total, a sociedade cindida extingue-se.
- B** O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade.
- C** A dissolução de uma companhia, em caso de falência, ocorre por deliberação da assembleia geral.
- D** Na liquidação judicial, o liquidante nomeado pela assembleia geral, caso o estatuto seja silente a esse respeito.
- E** A incorporação e a fusão são formas de extinção de uma companhia.

Questão 46

No tocante a desconsideração da personalidade jurídica e desconsideração inversa da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- A** De acordo com entendimento do STJ, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica deve incidir mediante mera prova de que a pessoa jurídica não pode pagar suas obrigações, diante da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- B** A desconsideração inversa da personalidade jurídica se justifica quando o executado, pessoa física, com o intuito de fraudar a execução, transfere para seu patrimônio pessoal bens da pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.
- C** A confusão patrimonial caracteriza-se pelo pagamento recorrente pela sociedade de obrigações do sócio ou vice-versa, bem como a transferência de ativos/passivos sem efetivas contraprestações, exceto valores proporcionalmente insignificantes.
- D** No âmbito da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a prova do desvio de finalidade da sociedade aliada à confusão patrimonial.
- E** Conforme entendimento do STJ, o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constitui motivos suficientes para a desconsideração de personalidade jurídica.

Questão 47

Em relação a coligações de sociedades e consórcios, assinale a opção correta.

- A** A falência de uma consorciada contamina o consórcio, que deve encerrar suas atividades na forma da lei.
- B** Sociedade coligada é aquela de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- C** Sociedade de simples participação é aquela que participa, com 10% ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- D** As consorciadas se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.
- E** Ao ser constituído para a execução de determinado empreendimento, o consórcio adquire personalidade jurídica própria.

Questão 48

Acerca da concentração empresarial e da defesa da livre concorrência, assinale a opção correta.

- A** A promoção denominada queima de estoque temporária e localizada caracteriza a prática de preços predatórios.
- B** Ocorre uma concentração vertical quando agentes econômicos distintos ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.
- C** Para a definição de mercado relevante considera-se a impossibilidade de substituição de um produto por outro, em razão de o produto não ter substitutos ou não poder ser obtido.
- D** Presume-se que uma empresa ou grupo de empresas detém posição dominante de mercado quando controla metade do mercado em que atua.
- E** Uma empresa ou grupo de empresas que possui posição dominante em um mercado relevante necessariamente possui poder de mercado.

Questão 49

A luz do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta acerca da multa aplicada no caso de descumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer no cumprimento da sentença.

- Ⓐ O valor da multa será devido ao tribunal em que tramitar o processo.
- Ⓑ A multa tem caráter meramente indenizatório.
- Ⓒ A multa não pode ser aplicada nos casos de tutela provisória.
- Ⓓ A multa é devida independentemente de intimação do devedor para cumprir a obrigação.
- Ⓔ A multa pode ser modificada pelo juiz, de ofício, a qualquer momento.

Questão 50

A luz do CPC, assinale a opção correta a respeito da caução exigida no cumprimento provisório de sentença.

- Ⓐ A caução poderá ser dispensada se a sentença estiver em consonância com súmula do STF.
- Ⓑ A caução não será exigida caso ocorra a transferência de posse do imóvel objeto do cumprimento provisório de sentença.
- Ⓒ A caução poderá ser dispensada se o valor do crédito for inferior a cinco salários mínimos.
- Ⓓ A caução poderá ser dispensada se o credor comprovar que não possui bens.
- Ⓔ A caução deverá ser prestada em autos apartados.

Questão 51

Considerando os poderes e deveres do juiz na direção do processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em nenhum momento do processo, o juiz poderá promover a autocomposição das partes sem que seja por elas provocado.
- Ⓑ O juiz não pode dilatar prazos processuais, mesmo que isso implique conferir maior efetividade à tutela de direito.
- Ⓒ Incumbe ao juiz indeferir postulações meramente protelatórias para garantir a dignidade da justiça.
- Ⓓ Cabe ao juiz manter a ordem de produção dos meios de prova, não podendo ele realizar sua alteração sob pena de ser decretada sua nulidade.
- Ⓔ O juiz não tem poder para requisitar força policial, mesmo quando necessário.

Questão 52

No que se refere à citação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A citação do militar em serviço ativo somente poderá ser feita em sua residência.
- Ⓑ O oficial de justiça depende de determinação judicial para poder citar por hora certa.
- Ⓒ O réu que se ausentar do Brasil será citado na pessoa de seu advogado.
- Ⓓ O oficial de justiça, havendo suspeita de ocultação, deverá intimar qualquer pessoa da família ou vizinho de que voltará no dia útil imediato, na hora que designar.
- Ⓔ A citação somente será válida se a pessoa da família que foi intimada estiver presente.

Questão 53

A luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- Ⓐ A instituição de um imposto extraordinário não pode conduzir a um *bis in idem* e não se sujeita aos princípios da anterioridade e da reserva das competências impositivas.
- Ⓑ Tributos constituem obrigação *ex lege*.
- Ⓒ A CF delegou à legislação infraconstitucional a tarefa de traçar o arquétipo genérico de cada tributo, limitando-se a fazer distinção nominal de cada espécie tributária.
- Ⓓ O imposto é uma exação vinculada dependente de uma contraprestação estatal.
- Ⓔ Na parafiscalidade, uma terceira pessoa arrecada tributo que não criou para sustentar encargos próprios do Estado.

Questão 54

Considerando as normas de direito tributário em vigor, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a restituição da diferença de ICMS pago a maior no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- Ⓑ A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- Ⓒ A cobrança da contribuição de melhoria não exige lei específica prévia para cada obra sobre a qual queira o poder público instituir o tributo, bastando para isso a previsão geral do CTN e a comprovação da valorização imobiliária pelo ente tributante.
- Ⓓ Não é possível a cessão a terceiros de créditos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.
- Ⓔ A competência tributária não se exaure com a edição da lei veiculadora da norma jurídica tributária.

Questão 55

A respeito de fato gerador, obrigação e lançamento tributários, observados a CF, o CTN e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ O privilégio do crédito tributário é quase absoluto, pois a sua cobrança judicial se sujeita ao concurso de credores, mas não a habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- Ⓑ A exemplo do objeto da obrigação tributária principal, o objeto da obrigação tributária acessória é de natureza patrimonial.
- Ⓒ O fato gerador do ITBI ocorre, sob os aspectos material e temporal, com a transmissão da propriedade imobiliária, mediante o registro do negócio jurídico no ofício competente.
- Ⓓ O lançamento cria a obrigação tributária, dando liquidez, certeza e exigibilidade ao tributo, razão pela qual a atividade administrativa é vinculada e obrigatória.
- Ⓔ De acordo com o CTN, a responsabilidade por infrações da legislação tributária tem natureza subjetiva, pois independe da vontade do agente.

Questão 56

No que concerne a aspectos gerais do direito tributário, observada a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os princípios constitucionais tributários têm por destinatário exclusivo o poder estatal, que deve se submeter à imperatividade de suas restrições.
- Ⓑ O recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurar o contencioso administrativo, nos termos do CTN, iniciando-se a contagem do prazo prescricional.
- Ⓒ A jurisprudência pátria é firme no sentido de que existe direito adquirido ao regime jurídico de imunidade tributária.
- Ⓓ As pessoas portadoras de moléstia grave, ainda que se encontrem em atividade laboral, fazem jus à isenção do imposto de renda incidente sobre seus rendimentos e proventos de aposentadoria.
- Ⓔ A introdução clandestina de cigarros no território nacional configura mera elisão fiscal.

Questão 57

À luz da CF e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito das limitações ao poder de tributar.

- A** No Brasil, a imunidade tributária alcança os impostos, as contribuições e as taxas.
- B** As concessões ou revogações de isenções fiscais não se submetem ao princípio da anterioridade.
- C** O sistema tributário nacional desconhece o princípio da uniformidade.
- D** A tributação encontra três limites: a reserva de lei, a disciplina de lei e os direitos que a CF garante.
- E** O princípio da tipicidade tributária diz respeito à legalidade formal, isto é, à necessidade de veiculação do tributo mediante lei.

Questão 58

Acerca da proteção ao trabalho da mulher, assinale a opção correta no que diz respeito à estabilidade da gestante.

- A** Se o exame confirmatório da gravidez ocorrer após a demissão da empregada ter sido consolidada, não será assegurada a garantia de emprego à empregada gestante.
- B** À empregada gestante que ocupe cargo em comissão, demissível *ad nutum*, é assegurado o direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
- C** O direito à estabilidade provisória da gestante prescinde da ciência da gravidez pelo empregador.
- D** A estabilidade temporária assegurada à gestante não é aplicável aos casos em que a empregada seja admitida mediante contrato por tempo determinado e esteja em período de experiência.
- E** A garantia de emprego à gestante somente autoriza a reintegração se esta ocorrer durante o período da estabilidade.

Questão 59

A respeito da justa causa e da rescisão indireta do contrato de trabalho, de acordo com a jurisprudência do TST, assinale a opção correta.

- A** Configura-se abandono de emprego quando o empregado deixa de comparecer ao trabalho por trinta dias consecutivos, bastando que o empregador comprove as faltas ao trabalho para justificar a aplicação da justa causa ao empregado.
- B** A falta de recolhimento, pelo empregador, das parcelas relativas ao FGTS justifica o pedido de indenização pelo empregado, mas não enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- C** Para que o empregador promova a dispensa do empregado por justa causa, a falta cometida deve ser extremamente grave, de forma a impedir a continuidade do vínculo trabalhista; nesse caso, o ônus da prova caberá ao empregador.
- D** A falta injustificada ao trabalho por três dias consecutivos é fato que configura desídia do empregado no desempenho de suas funções; no entanto, tal conduta irregular não exige habitualidade, bastando que haja a aplicação de penalidades gradativas.
- E** O alcoolismo crônico do empregado é uma condição que autoriza uma empresa a demitir um empregado por justa causa.

Questão 60

De acordo com a jurisprudência do TST, o empregado que realiza a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação tem direito ao recebimento de adicional de

- A** insalubridade em grau máximo.
- B** insalubridade em grau médio.
- C** insalubridade em grau mínimo.
- D** periculosidade cumulado com adicional de insalubridade em grau máximo.
- E** periculosidade cumulado com adicional de insalubridade em grau médio.

Questão 61

No que se refere aos membros de CIPAs e à estabilidade provisória do emprego desses membros, assinale a opção correta.

- A** O mandato de empregado eleito como membro de CIPA terá a duração de um ano, sendo permitida uma reeleição.
- B** Os representantes de CIPA serão eleitos entre os empregados interessados e que possuam filiação ao sindicato da classe respectiva.
- C** Membro eleito como suplente de CIPA não goza da estabilidade provisória, visto que tal estabilidade só se aplica aos membros titulares ou ao suplente que vier a assumir a vaga de membro titular.
- D** A estabilidade do membro de CIPA constitui uma vantagem pessoal ao membro eleito.
- E** Se a empresa for extinta, o membro eleito de CIPA terá o direito de receber uma indenização do período em que ainda teria estabilidade.

Questão 62

A respeito das relações de trabalho, assinale a opção correta no que se refere aos trabalhos autônomo, temporário e avulso.

- A** O trabalhador avulso não terá direito ao recebimento de horas extras, mas somente às horas previstas inicialmente em contrato.
- B** O trabalhador avulso não possui vínculo empregatício, mas possui os mesmos direitos de um trabalhador que possui vínculo empregatício.
- C** O trabalhador temporário exerce uma atividade profissional para uma empresa, sem vínculo e sem subordinação, e negocia diretamente com o tomador dos serviços suas condições de trabalho.
- D** O estivador portuário é um exemplo típico de trabalhador temporário.
- E** O trabalhador autônomo é aquele contratado pela empresa por um prazo máximo de 90 dias para executar atividades em momentos de grande demanda.

Questão 63

Caracteriza a suspensão do contrato individual de trabalho a hipótese de o empregado

- A** comparecer em juízo para exercer função de jurado em tribunal do júri.
- B** gozar de férias anuais remuneradas.
- C** ausentar-se para cumprimento de exigência do serviço militar, tal como a apresentação anual de reservista.
- D** gozar de licença-paternidade.
- E** ser afastado em razão de penalidade disciplinar aplicada.

Questão 64

Acerca do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, julgue os itens que se seguem.

- I O comerciante somente será responsável, nos termos do CDC, quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.
- II O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- III O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a existência de culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- IV O serviço não é considerado defeituoso em decorrência da adoção de novas técnicas.
- V O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e V estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 65

De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, constitui relação jurídica de consumo à qual se aplica o Código de Defesa do Consumidor (CDC) o

- A contrato de franquia firmado entre franqueador e franqueado.
- B contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão.
- C contrato de empreendimento habitacional promovido por sociedade cooperativa.
- D contrato firmado entre representante comercial autônomo e sociedade representada.
- E contrato previdenciário celebrado com entidade fechada de previdência complementar.

Questão 66

Pedro contratou a empresa VoeJá S.A. para a realização de serviço de transporte aéreo, com saída de São Paulo e chegada em Lisboa. Ao desembarcar no aeroporto de Lisboa, Pedro foi surpreendido com a informação de que suas bagagens foram extraviadas em razão de vício no serviço prestado.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STF, é cabível que Pedro pleiteie que a companhia aérea pague indenização relativa a

- A danos extrapatrimoniais limitados às convenções das quais o Brasil seja signatário e danos patrimoniais ilimitados.
- B danos extrapatrimoniais apenas.
- C danos extrapatrimoniais ilimitados e danos patrimoniais limitados às convenções das quais o Brasil seja signatário.
- D danos patrimoniais apenas.
- E danos extrapatrimoniais ilimitados e danos patrimoniais ilimitados.

Questão 67

De acordo com o CDC, considera-se direito básico do consumidor

- A a adequada e eficaz prestação dos serviços privados em geral, visto que aos serviços públicos não se aplica o CDC.
- B a inversão do ônus da prova a seu favor no processo civil, quando, a critério do juiz, a alegação do consumidor for verossímil ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- C a proibição de colocação no mercado de consumo de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- D a revisão de cláusulas contratuais em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis que tornem as prestações excessivamente onerosas.
- E o acesso aos órgãos judiciários com vistas à prevenção ou reparação de danos, desde que haja o prévio esgotamento da controvérsia nos órgãos administrativos.

Questão 68

De acordo com o CDC, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do comerciante.

- A O comerciante será responsabilizado por fato do produto quando não conservar adequadamente um produto perecível.
- B O comerciante será responsabilizado em qualquer hipótese em que houver um fato do produto.
- C A responsabilidade do comerciante será subsidiária quando houver um vício do produto.
- D Caso um comerciante realize a pesagem ou a medição de um produto e o instrumento utilizado não esteja aferido segundo os padrões oficiais, a responsabilidade será somente do fabricante do instrumento, em razão do vício de quantidade.
- E O comerciante não será responsabilizado por fato do produto quando o produto for fornecido sem a clara identificação do fabricante, produtor, construtor ou importador.

Questão 69

Acerca dos bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ.

- A Cabe ao credor realizar a notificação do devedor antes de proceder à inscrição do nome deste em cadastro de proteção ao crédito.
- B A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
- C Incumbe ao órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito a exclusão do registro da dívida em nome do devedor a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
- D É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatificação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- E É cabível a indenização por dano moral em razão de anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, ainda que haja inscrição legítima preexistente.

Questão 70

Considerando que Maria tenha sido cobrada indevidamente de tarifas de água e esgoto, assinale a opção correta, de acordo com o CDC e a jurisprudência do STJ.

- A Para que Maria possa pleitear a restituição em dobro, basta que demonstre a cobrança indevida e a ausência de engano justificável por parte do fornecedor.
- B O prazo para que Maria reclame da existência de vício no serviço é o prazo decadencial estabelecido no CDC.
- C O prazo para que Maria reclame da existência de vício no serviço é o prazo prescricional estabelecido no CDC.
- D Ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto proposta por Maria estará sujeita ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil.
- E O CDC não prevê a possibilidade de restituição em dobro em caso de cobrança indevida em desfavor de Maria.